



EDITORIAL

É com grande satisfação que apresentamos à comunidade acadêmica o segundo número do décimo volume da Revista Eletrônica e-civitas do Centro Universitário Uni-BH.

O presente número inicia-se com o artigo **O ser humano em Hans Welzel: um olhar além do finalismo ontológico**, onde Fernando Rogerio Pessoa Vila Nova Filho tratam de aprofundar a teoria finalista desenvolvida por Hans Welzel especialmente no que atine a sua tentativa de evitar a repetição do Direito Penal nazista através do que ele entendia como Direito Natural e da natureza humana.

Em seguida, Lucas Bentes, Gustavo Maia Nobre e Helder Gonçalves Lima, no artigo **Os incentivos fiscais como instrumento de políticas públicas e o controle do Poder Judiciário ante a sua concessão pelos entes da federação**, analisam as possibilidades de um controle da concessão de incentivos fiscais, sem que haja uma violação ao princípio da separação dos poderes, mediante a aplicação de princípios previstos no ordenamento jurídico.

No artigo **A CISG no Brasil: uma análise comparativa entre as regras convencionais do comércio e o Código Civil brasileiro**, de Fernanda Araújo Kallás e Caetano e Magno Alves Santos, foram examinadas as principais divergências entre as normas ditadas pela CISG e aquelas contidas no Código Civil Brasileiro (CCB) a fim de

E-Civitas - Revista Científica do Curso de Direito do UNIBH - Belo Horizonte.

Volume X, número 2, dezembro de 2017 - ISSN: 1984-2716 -

ecivitas@unibh.br Disponível em:

<http://revistas.unibh.br/index.php/dcjpg/index>



que os juristas e os aplicadores do direito possam compreender e identificar qual sistema jurídico é o mais apropriado.

Fernanda Aranha Hapner, no artigo **Is there a single moral foundation of Human Rights?**, defende uma visão combinada dos princípios da lei natural com a teoria interpretativa de Ronald Dworkin., qual seja, uma dialética entre as regras dos direitos humanos reconhecidas até agora, limitada e orientada por um valor.

O artigo **A evolução das medidas provisórias na Corte Interamericana de Direitos Humanos: um exame dos pressupostos da concessão e de sua adequação às solicitudes dos beneficiários**, de Marina de Almeida Rosa, busca examinar a compreensão da jurisprudencial para a concessão das medidas, isto é, como os requisitos de gravidade, urgência e necessidade de prevenir danos são encarados pela Corte Interamericana e, a partir do estabelecimento desses requisitos, como o conteúdo dessas medidas tem se adequado ao pleito dos beneficiários como mecanismo hábil à proteção dos direitos humanos.

No artigo **Impactos ambientais e a importância do licenciamento ambiental dos empreendimentos nos municípios**, Mardióli Dalla Rosa e Márcia Dutra verificaram as diferenças entre os tipos de licenças e as consequências geradas por sua ausência em empreendimentos que necessitam deste documento para se instalar e operar.



Iago Abdalla Fantin e Ricardo Gueiros Bernardes Dias, no artigo **A negociação na justiça criminal no Brasil e o "plea bargaining"**, investigam o modelo brasileiro de negociação criminal, pautado no instituto da transação penal, sob perspectiva comparada com o plea bargaining. Diante de um cenário de crise da Justiça Criminal no Brasil, gerado pelo aumento da criminalidade e, conseqüentemente, do número de processos, os autores entendem que o modelo consensual de solução das controvérsias pode ser importante mecanismo de celeridade e eficiência na prestação jurisdicional.

Gostaríamos de agradecer a todos autores e avaliadores que viabilizaram a publicação de mais este número e convidamos aos demais pesquisadores da comunidade jurídica a contribuir para a continuidade e o aperfeiçoamento da nossa revista.

Fernanda Kallás e Caetano

Editora Geral da Revista E-Civitas

E-Civitas - Revista Científica do Curso de Direito do UNIBH - Belo Horizonte.
Volume X, número 2, dezembro de 2017 - ISSN: 1984-2716 -
ecivitas@unibh.br Disponível em:
<http://revistas.unibh.br/index.php/dcjpg/index>